



Índice

- 01** [Capiberibe aponta ofensiva aos direitos dos índios](#)
- 02** [Após panfletagem, índios encerram bloqueio de rodovia em Paranhos](#)
- 03** [Falta de documentos impede acesso a cestas básicas, diz indígena em MS](#)
- 04** [Índios Tupinambá esperam a mais de um ano por demarcação](#)
- 05** [Reunião no Ministério da Justiça sobre litígios de terras frustra mais uma vez](#)
- 06** [Madeireiros invadem aldeia indígena Ka'apor no Maranhão](#)
- 07** [Lei incentiva reflorestamento em assentamentos e terras indígenas](#)
- 08** [Curso de Magistério Indígena se prepara para reconhecimento do MEC](#)
- 09** [Deputado ruralista destitui relatora favorável à causa indígena](#)
- 10** [Vereadores realizarão audiência pública para debater a real situação indígena e agrária do município de Sidrolândia](#)



Capiberibe aponta ofensiva aos direitos dos índios

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 27.08.2013

O senador João Capiberibe (PSB-AP) lamentou, nesta terça-feira (27), números que apontam o crescimento da violência contra os índios no Brasil. Os dados fazem parte de um relatório divulgado recentemente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O documento aponta um crescimento generalizado das diferentes formas de violência, desde homicídios até a falta de assistência em saúde e educação.

Segundo o senador, número de índios assassinados no país passou de 51 para 60 entre 2011 e 2012. Mais da metade desses casos se deu no estado do Mato Grosso do Sul, região onde se concentra o principal foco de conflito fundiário entre produtores rurais e grupos indígenas. O maior crescimento foi registrado na categoria "violência contra a pessoa", um aumento de 237% em ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporais e outros tipos de violência.

- A maior parte dos casos de violência envolve disputas fundiárias. Há, em curso, uma ofensiva muito grande de setores ligados ao agronegócio contra os direitos indígenas, cujo objetivo é impedir a demarcação das terras que eles reivindicam – lamentou o senador.

Como exemplo da ofensiva aos direitos dos índios Capiberibe citou a PEC (215/2000), que transfere para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas. A PEC, que tramita na Câmara dos Deputados, é considerada inconstitucional por defensores dos direitos indígenas.

Capiberibe citou declarações do jurista Dalmo Dallari, que prometeu recorrer ao Supremo Tribunal Federal para contestar a constitucionalidade da PEC, caso o texto seja aprovado pelo Congresso. Para Dallari, a PEC afeta a separação dos poderes, ao transferir para o Legislativo uma atribuição administrativa típica do Executivo. Além disso, o texto feriria um ato jurídico perfeito.

Para o senador, estão errados os que afirmam haver muita terra para poucos índios, quando há muita terra para poucos latifundiários. Segundo Capiberibe, menos de 50 mil propriedades agrícolas do país ocupam mais da metade da superfície agrícola útil.

- Para o índio, a terra representa sua vida. Para o índio, a terra não tem valor de negócio, não tem valor financeiro, não tem valor econômico – argumentou o senador.

Da Redação

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Após panfletagem, índios encerram bloqueio de rodovia em Paranhos

SÍTIO REGIÃO NEWS, 27.08.2013

Viaturas da PRE acompanharam as ações à distância. O tráfego de veículos no local ficou lento, mas foi classificado como normal pela polícia.

O grupo de indígenas guarani-kaiowás que bloqueou a rodovia estadual MS-295, no trecho que liga Paranhos a MS-156, entre Amambai e Tacuru, por volta das 8h desta terça-feira (27), liberou a estrada às 14h30 depois de distribuírem panfletos sobre demarcações a motoristas.

Segundo informações da assessoria de imprensa da PRE (Polícia Militar Rodoviária), os índios fecharam parcialmente a rodovia em um protesto pacífico e tranquilo. As reivindicações sobre a agilidade nos processos de demarcações de terras se restringiram aos trabalhos de panfletagem.

Viaturas da PRE acompanharam as ações à distância. O tráfego de veículos no local ficou lento, mas foi classificado como normal pela polícia.

Indígenas da aldeia Potrero Guasu, de Paranhos, bloquearam a estrada. Eles pediam a presença de representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio) para liberarem a pista.



Falta de documentos impede acesso a cestas básicas, diz indígena em MS

SÍTIO RONDA DO MS, 27.08.2013

Indígenas reclamam que, sem CPF e RG, não podem receber cestas. Registro Administrativo de Nascimento Indígena deve ser aceito, diz MPF.

Indígenas da região de Dourados, no sul do estado, que não têm documentos como CPF e RG, reclamam que não conseguem receber cestas básicas distribuídas nas aldeias a cada dois meses pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A dona de casa indígena Luiza Ramos Romeiro, mãe de três filhos, diz que não consegue as cestas porque faltam documentos. "Não dá para pegar a cesta porque eu não tenho documento. Na minha casa é difícil porque eu não pego a cesta", conta.

Os indígenas possuem apenas com o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), que é um documento oficial válido em todo território brasileiro e emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Na avaliação do Ministério Público Federal, o RANI não pode ser recusado na concessão de benefícios aos indígenas. Para o Procurador da República Marco Antônio Delfino, se o MDS continuar exigindo CPF e RG dos indígenas para distribuição de cestas básicas, medidas judiciais serão tomadas para resolver o problema.

O MDS afirma que a entrega das cestas não está condicionada ao preenchimento de outros dados pessoais além do RANI. A proposta do ministério é colher o maior número de informações dos indígenas para que eles tenham acesso também aos demais programas sociais do Governo Federal.

- G1 MS



Índios Tupinambá esperam a mais de um ano por demarcação SÍTIO ADVIVO, 27.08.2013

Autor:
Sebastian Gerlic

O povo Tupinambá tem sido vítima da opção do governo da presidenta Dilma Rousseff pelo agronegócio. Concluídos os estudos que comprovaram de maneira cabal a ocupação tradicional do território pelos indígenas, cabe agora ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assinar a portaria declaratória da Terra Indígena.

O documento está nas mãos do ministro há cerca de um ano e meio, apesar de a legislação determinar o prazo de 30 dias após o recebimento do processo para que o ministro dê os encaminhamentos pertinentes. A omissão do Estado tem gerado tensão no sul da Bahia, que se intensificou em agosto de 2013. Neste mês, um caminhão que transportava estudantes indígenas e não indígenas foi alvejado, deixando dois jovens feridos; indígenas tiveram suas casas incendiadas; e veículos de órgãos governamentais também foram incinerados, entre outros ataques.

Petição em apoio ao Povo Tupinambá

Vítima de ações violentas cada vez mais intensas, o povo Tupinambá, que vive no estado da Bahia (Brasil), aguarda há nove anos a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Seus direitos originários – que estão sendo violados pelo Estado brasileiro – são garantidos pela Constituição Federal de 1988 e assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada pelo Brasil em 2002.

O povo Tupinambá tem sido vítima da opção do governo da presidenta Dilma Rousseff pelo agronegócio. Concluídos os estudos que comprovaram de maneira cabal a ocupação tradicional do território pelos indígenas, cabe agora ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assinar a portaria declaratória da Terra Indígena. O documento está nas mãos do ministro há cerca de um ano e meio, apesar de a legislação determinar o prazo de 30 dias após o recebimento do processo para que o ministro dê os encaminhamentos pertinentes. A omissão do Estado tem gerado tensão no sul da Bahia, que se intensificou em agosto de 2013. Neste mês, um caminhão que transportava estudantes indígenas e não indígenas foi alvejado, deixando dois jovens feridos; indígenas tiveram suas casas incendiadas; e veículos de órgãos governamentais também foram incinerados, entre outros ataques.

Políticos e fazendeiros da região, contando com o apoio da mídia local, vêm cometendo crimes contra a comunidade, divulgando dados inverídicos sobre o processo de regularização da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, incitando a violência e o preconceito. Cabe ressaltar que a legislação brasileira estabelece que os ocupantes não indígenas de boa fé devem ser

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 155 / 2013

Brasília, 28 de agosto de 2013.

reassentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e receber indenizações pelas benfeitorias, a serem pagas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Dessa forma, os direitos de todas as pessoas, indígenas e não indígenas, são assegurados em lei, como forma de realizar a justiça e promover a paz.

Por tudo isso, repudiamos a postura arbitrária e criminosa do governo federal, através do Ministério da Justiça e dos demais órgãos competentes, no que diz respeito à resolução do conflito que atinge o povo Tupinambá e convocamos toda a sociedade, no Brasil e exterior, a apoiar a luta pela regularização da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e exigir da presidenta da República, Dilma Rousseff, respeito à Constituição Federal e aos povos indígenas do Brasil.

Para saber mais sobre a situação dos Tupinambá, visite campanhatupinamba.wordpress.com.



Reunião no Ministério da Justiça sobre litígios de terras frustra mais uma vez
SÍTIO RONDA DO MS, 28.08.2013

Indefinição e agendamento de nova reunião. Este foi, novamente, o saldo da reunião realizada nesta terça-feira (27), no Ministério da Justiça, para tratar da questão indígena. Marcada durante a vinda do ministro José Eduardo Cardozo, a Campo Grande (MS), no dia 13 de agosto, o encontro tinha objetivo de apontar definições para a compra de propriedades destinadas à ampliação ou criação de novas áreas indígenas em Mato Grosso do Sul. O ministro foi representado pela secretária executiva do Ministério, Márcia Pelegrini. Também participou o Ministro-Chefe da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

A proposição do Governo Federal de fazer triangulação com o Governo do Estado para a compra das propriedades para ampliar a Aldeia Buriti, em Sidrolândia, com repasse de Títulos da Dívida Agrária (TDA), ainda não foi viabilizada juridicamente. A região concentra o maior foco de tensão na disputa territorial no Estado. A intenção do Executivo Federal é atender a demanda da etnia e ampliar a área da aldeia dos atuais dois mil para 17 mil hectares.

Foi marcada uma nova reunião, para daqui há duas semanas, com data e local indefinidos. As proposições para o próximo encontro são o levantamento das terras públicas da União em Mato Grosso do Sul, inclusive as áreas urbanas e a formação de um grupo de monitoramento para acompanhar a agenda e as deliberações da futura reunião. A quebra de acordo por parte dos indígenas, com a continuidade das invasões, também será tema do próximo encontro. Paralelamente, ficou acertado que será retomada a avaliação da região da Buriti, área requisitada pela etnia terena, bem como das demais áreas colocadas como prioridade pelos guarani kaiowá.

O assessor jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), Carlo Daniel Coldibelli, acompanhou a reunião e avalia como preocupante a ausência de definição. "Sabemos que a compra de terras é uma solução a ser construída, no entanto os caminhos para sua concretização precisam começar a ser definidos", assinala. "A União gerou expectativas em todos os envolvidos em relação a uma solução com a compra de propriedades. É preciso tomar cuidado para que a expectativa não se transforme em frustração pela falta de objetividade na busca dessa solução", completa o advogada da entidade, Gustavo Passarelli.

A reunião teve a presença, também, da secretária de Produção e Turismo, Tereza Cristina Correa da Costa, da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, do Ministério Público Federal (MPF), lideranças rurais e representantes das etnias indígenas do Estado.

Assomasul



Madeireiros invadem aldeia indígena Ka'apor no Maranhão

SÍTIO BRASIL DE FATO, 27.08.2013

Gilderlan Rodrigues da Silva,

Cimi Regional Maranhão

Cerca de 50 madeireiros invadiram a aldeia Gurupiuna, na Terra Indígena Alto Turiagu, do povo Ka'apor, município de Centro do Guilherme, norte do Maranhão. Na aldeia, invadida na última segunda-feira (26), vivem sete famílias, num total de 48 pessoas.

Na invasão, os madeireiros agrediram o indígena Gonito Ka'apor que, somente nesta terça-feira (27), conseguiu sair da aldeia para fazer exame de corpo delito. Ele tentou registrar ocorrência na cidade de Governador Nunes Freire, mas não conseguiu porque o delegado responsável não estava.

A ação dos madeireiros é uma represália à fiscalização e apreensão de caminhões madeireiros feitas pelos indígenas no território tradicional. Sem os órgãos públicos responsáveis pelas fiscalizações atuando, os Ka'apor não veem alternativa a não ser a própria comunidade impedir a ação depredatória.

No ato da invasão da aldeia Gurupiuna, os invasores amarraram e bateram em indígenas, saquearam plantações e levaram animais. Ainda segundo informações dos indígenas, os madeireiros queimaram duas casas. Os Ka'apor denunciam também o desaparecimento de uma indígena Awá, próximo ao rio Turi, perto da aldeia Cocal.

O clima é tenso na região. Os Ka'apor temem novas invasões. As famílias buscam refúgio no mato como esconderijo. Com medo de novas invasões, indígenas estão sem sair de suas aldeias. Segundo informações, a Polícia Federal, o Ibama e o Exército se deslocaram para a região.

Desde julho os indígenas Ka'apor, da aldeia Zé Gurupina, comunicavam a ação dos madeireiros, que se organizavam para atacar a terra indígena por conta da Operação Hiléia, que fechou várias madeiras e apreendeu vários caminhões na região.



Lei incentiva reflorestamento em assentamentos e terras indígenas

SÍTIO INTEGRADA, 27.08.2013

A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.854, que visa a fomentar e incentivar ações que promovam a recuperação florestal e a instalação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas que estejam em posse de agricultores familiares assentados, de quilombolas e de indígenas. A lei estabelece que as ações de reflorestamento deverão representar alternativa econômica e de segurança alimentar e energética às famílias beneficiárias.

De acordo com a lei, as ações de recuperação florestal e a instalação de sistemas agroflorestais poderão ser financiadas com recursos de fundos nacionais como o de Mudança do Clima, o da Amazônia, o do Meio Ambiente e o de Desenvolvimento Florestal. Outras fontes são acordos bilaterais ou multilaterais, além de acordos decorrentes de ajustes, contratos de gestão e convênios celebrados com órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual ou municipal, de doações e, ainda, de verbas do orçamento da União ou privadas.

Fonte: Estadão Conteúdo



Curso de Magistério Indígena se prepara para reconhecimento do MEC

SÍTIO SENADOR INÁCIO, 27.08.2013

A Coordenação do Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS) da UFC realiza, nos próximos dias 29 e 30, encontro para debater a reformulação do projeto político-pedagógico do Curso. Nas reuniões, serão discutidos o reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) e a criação do mestrado. O evento será realizado na comunidade do Mangue Alto, no município de Almofala (CE), e conta com a participação dos professores tremembés formados na primeira turma e os professores candidatos à segunda.

Na manhã do dia 29, haverá uma reunião com a equipe da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Programas e Ações Acadêmicas (Copav), da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em preparação para receber a comissão do MEC responsável pelo processo de avaliação e reconhecimento do Curso, previsto para acontecer em setembro deste ano. Esta será a primeira avaliação pelo MEC e ocorre após a conclusão da primeira turma de 36 índios da etnia tremembé, em março deste ano.

A proposta de criação de um mestrado vinculado ao Curso será discutida na reunião, na tarde do dia 29, com coordenadores e docentes dos programas de pós-graduação em Educação da UFC e UECE. De acordo com o coordenador do MITS, Prof. José Mendes Fonteles Filho (Babi), a ideia é criar um mestrado interinstitucional em educação escolar indígena e aberto para todas as etnias do País.

Em todas essas reuniões, haverá a participação dos alunos formados na primeira turma, além de professores colaboradores, lideranças da comunidade e a coordenação do Curso. Os alunos que devem entrar na segunda turma também participarão durante todo o dia 30. A previsão é que a próxima turma tenha início no segundo semestre de 2014 e seja formada por cerca de 50 professores escolhidos pela própria comunidade e que já atuam nas escolas indígenas.

Magistério Indígena Tremembé – Criado em 2006 pelo povo tremembé, em parceria com a UFC, o Curso foi aprovado pelo MEC em 2008. É o primeiro de licenciatura intercultural criado no Nordeste que possibilita a formação em nível superior de uma turma de indígenas em uma universidade pública. Os graduados ficam, assim, aptos para o exercício do magistério nas escolas diferenciadas de sua etnia.

Fonte: UFC



Deputado ruralista destitui relatora favorável à causa indígena

SÍTIO O GLOBO, 27.08.2013

BRASÍLIA - Presidente da Comissão da Amazônia e com assumidas posições contrárias à política indigenista, o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), da bancada ruralista, usou de seus poderes e tomou para si a relatoria de um projeto que ele mesmo havia destinado a outra colega, Janete Capiberibe (PSB-AP), uma defensora dessa causa. O projeto em questão é do Executivo e cria o Conselho Nacional de Políticas Indigenistas, de 2008, e dá poderes a esse órgão de interferir em questões como demarcação de terra.

No último 14 de agosto, Janete foi designada para relatar o projeto. A indicação do nome de Janete chegou a constar na tramitação oficial do projeto no site da Câmara. Só que, um dia depois, ela foi destituída da relatoria, por Goergen. Oficialmente constou que ela teria "devolvido sem manifestação" o projeto. Ou seja, ela teria se desinteressado pelo assunto e aberto mão da relatoria. E, então, Jerônimo Goergen se autoneomeou relator.

No site, há outro problema. A designação de Janete Capiberibe desapareceu e surgiu Goergen como único relator escolhido. Indignada, Janete enviou ofício ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e ameaça acionar o Conselho de Ética. "Consta devolvido sem manifestação, o que me causa grande transtorno político e pessoal, uma vez que Vossa Excelência tem conhecimento do meu compromisso com a causa indígena, dentro e fora desta Casa", diz Janete no ofício a Henrique Alves.

Jerônimo Goergen não nega ter pego a relatoria do projeto para si num ato próprio. O parlamentar disse ter consultado o gabinete de Janete e que obteve autorização para avocar a relatoria. O gabinete da deputada negou que tenha sido sequer consultado e que jamais abriria mão da relatoria. Goergen disse ao GLOBO que distribuiu a relatoria para Janete equivocadamente.

— Na correria, no despacho de tanta coisa na comissão, não sabia que projeto era esse, que eu já tinha começado a relatar na Comissão de Finanças e Tributação. Quando me dei conta, era o mesmo. Consultei o gabinete da deputada se tinha problema e me deram o ok — justificou Goergen, que disse que nem seria necessário tal suposta consulta a Janete.

— Agora, mesmo que eu não tivesse consultado, regimentalmente posso fazer isso (destituir qualquer relator e avocar para si a relatoria). Como presidente da comissão tenho a condição e poderes para designar e retirar depois. É competência do presidente. É meio ditatorial, mas é assim. Nomeio e desnomeio. Chega a ser grosseiro.

Goergen afirmou que Janete Capiberibe é aliada do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que a estaria pressionando. O deputado afirmou que recebe pressão do Ministério da Justiça, pasta que cuida da política indigenista.

CONT.



— O ministério fica me pressionando para dar parecer mais rápido. Me exige rapidez, mas não agiliza portaria do novo modelo de demarcação. Não preciso de pressa. Não vou ceder. O meu relatório, com certeza, não seria igual ao da Janete. Não vou permitir superpoderes para esse conselho, dar essa estrutura toda. Não sou contra a política indigenista, mas não há mais terra para índios — disse Goergen.

O deputado faz discursos constantemente contra a Funai e a política indigenista. Já disse que no Brasil se produz "índios de carteirinha" e que "quem quiser virar índio, vira". E que "tem índios de olhos azuis". Num dos discursos, referiu-se a uma antropóloga como a que "tomou o chá do Santo Daime". Durante a presidência de uma sessão da comissão na semana passada, uma audiência pública que tratou do caso dos índios awá-guajá, Goergen, ao ler os nomes das autoridades presentes, citou o do ex-presidente da Funai Márcio Meira. E fez o seguinte comentário: "Duvido que ele tenha vindo aqui quando era presidente". Goergen é um dos autores da criação da CPI da Funai.

Entre as atribuições do Conselho Indigenista estão definir as prioridades da política do índio, encaminhar denúncias de ameaça e violação dos direitos desses povos e acompanhar elaboração de orçamento. O projeto prevê 59 integrantes no conselho, dos quais 36 representantes dos povos e organizações indígenas, 20 do Poder Executivos, além de dois indicados por ONGs.



Vereadores realizarão audiência pública para debater a real situação indígena e agrária do município de Sidrolândia
SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 27.08.2013

"O tema da presente audiência foi proposto pelos vereadores Sérgio Bolzan e Vadinho do PT"

A Câmara Municipal de Sidrolândia realizará no mês de setembro uma audiência pública para debater a real situação indígena e agrária do município.

O tema da presente audiência foi proposto pelos vereadores Sérgio Bolzan e Vadinho do PT e terá início às 18h30min, no dia 20 de setembro no Plenário da Câmara Municipal de Sidrolândia.

Para debater os assuntos e problemas relacionados ao tema da audiência, os vereadores convidarão os referidos órgãos e autoridades para participar: INCRA, SEBRAE, SENAR, FUNAI, FUNASA, MDA, OAB, Banco do Brasil, Ministério Público, ENERSUL, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, Senador Delcídio, Senador Moka, Senador Rubens Figueró e os Deputados Biffi e Vander Loubet.

Segundo o Presidente do Legislativo, Ilson Peres de Souza, os vereadores terão total apoio da presidência na realização das audiências públicas. "Quero continuar apoiando e auxiliando os vereadores para que os mesmos possam realizar o melhor trabalho possível em prol da população", afirmou o presidente.

Fonte: Thiago Dal Moro / Assessoria de Imprensa